

MULHERES, TRABALHO E GLOBALIZAÇÃO: GÊNERO COMO DETERMINANTE NOS PADRÕES GLOBAIS DE DESIGUALDADE

Gabriela CUNHA e Fernanda FUENTES¹

Resumo

O artigo sistematiza temas da reflexão feminista sobre os múltiplos aspectos da inserção e da relação da mulher com o mundo do trabalho, argumentando que este não tem sido neutro às relações de gênero, mas, ao contrário, tem incorporado a divisão sexual do trabalho. Com base nos principais pontos levantados pelos debates sobre trabalho e desenvolvimento sob a ótica de gênero, o artigo aborda como as recentes transformações a partir da transição para uma economia globalizada têm tido impactos diferenciados sobre a vida das mulheres, reproduzindo desigualdades de gênero no plano material e simbólico.

Palavras-Chave: Gênero; Trabalho (Divisão Sexual do); Globalização; Desenvolvimento; Desigualdade.

Abstract

The article systemize some of the main themes raised by feminist debates on the multiple features of women entry and relationship to labour market, arguing that this labour market has not been neuter regarding gender relations but, on the contrary, it has incorporated the sexual division of labour. Based on the main points from labour and development literature with a gender regard, the article approaches how the recent changes since transition to a globalized economy have had different impacts over womens' lives, reproducing gender inequalities both in material and symbolic level.

Keywords: Gender; Labour (Sexual Division of); Globalization; Development; Inequality.

As assimetrias de poder nas relações de gênero constituem um dos eixos estruturantes dos padrões de desigualdade social, e têm suas raízes históricas na incorporação das dimensões materiais e simbólicas da divisão sexual do trabalho. De um lado, alguns autores argumentaram que a emancipação feminina se realizaria com a plena integração da mulher ao mercado de trabalho – fenômeno ainda mais característico dos recentes processos de globalização econômica. Porém, os impactos desta integração em termos de desenvolvimento e bem-estar são, para as mulheres, no mínimo ambíguos e até contraditórios.

De fato, estudos e pesquisas (Benería, 2003; Hochschild & Ehrenreich, 2002; Momsen, 1999) vêm mostrando que as desigualdades persistem e inclusive adotam novas formas. Com isso, a idéia de que as condições de existência e de bem-estar das mulheres teriam em geral melhorado, em virtude de transformações na sua inserção no mercado de trabalho remunerado, vem sendo questionada.

Por que as desigualdades nas relações de gênero se mantêm, não só nas relações dentro da família como também nas relações produtivas? Por que, apesar da crescente participação das mulheres no mercado do trabalho e de suas conquistas em termos de direitos reprodutivos, sociais, políticos etc., ainda persistem traços como diferenças salariais, segregação ocupacional, ou inserção em trabalhos mais precários? E por fim, mais recentemente, por que, no cenário de transição para uma economia globalizada, ainda se verifica que – apesar do crescimento econômico, revolução tecnológica etc. – a exclusão, pobreza e opressão continuam a afetar grande parcela da população mundial e, de modo muito específico, as mulheres?

Aqui se busca, com base na literatura feminista, refletir sobre os múltiplos aspectos

¹ **Gabriela Cunha** é Mestra em Ciência Política pela Universidade de São Paulo e Doutoranda em Sociologia na Universidade de Brasília. **Fernanda Fuentes** é Mestra em Gênero e Estudos Culturais pela Universidade do Chile, e Doutoranda em Sociologia na Universidade de Brasília.

que caracterizam a inserção e a relação da mulher com o mundo do trabalho – e como estes contribuem para os padrões de desigualdade verificados. Como palco da análise, tomamos as transformações geradas a partir da globalização da economia, e como esta tem impactos diferenciados sobre a vida das mulheres, reproduzindo iniquidades de gênero no plano material e simbólico.

O artigo está dividido em quatro seções. A seção 1 aborda brevemente, com base na análise de Beneria (2003), a evolução do pensamento feminista sobre gênero, mercados de trabalho e desenvolvimento – especialmente os esforços para que o olhar de gênero fosse incorporado aos debates na economia e nas ciências sociais. A seção 2 discute como metamorfoses no trabalho feminino se operam tanto em virtude da reorganização do sistema capitalista e de suas relações de produção, como também por conta das transformações nas identidades femininas ao responder às demandas das mulheres. O subitem 2.1 analisa como o mercado de trabalho remunerado tem incorporado dimensões materiais e simbólicas da divisão sexual do trabalho. A seção 3 discute como a recente reorganização do capitalismo em direção a uma economia globalizada traz efeitos contraditórios sobre as mulheres: oportunidades e desenvolvimento, mas também desigualdade e exclusão. O subitem 3.1 aborda um exemplo empírico destes impactos da globalização sobre as mulheres. Por fim, a seção 4 parte das reflexões nas seções anteriores para discutir pontos para uma agenda de políticas de desenvolvimento e trabalho orientadas à incorporação das questões de gênero, mas vinculando políticas econômicas e políticas culturais, de modo a responder de forma mais adequada tanto às demandas materiais como de identidade, que se reforçam mutuamente.

1. Gênero, Trabalho e Desenvolvimento: breve revisão histórica na produção do saber

A progressiva incorporação do olhar de gênero nos estudos sobre trabalho e desenvolvimento é desdobramento dos esforços feministas para incluir as determinantes de gênero também no campo acadêmico e na produção e interpretação de dados. O conceito e as teorias de gênero permitem a construção de um novo saber que transforma o pensar sobre as mulheres em termos teórico-epistemológicos e abre novas possibilidades históricas para a análise das transformações e da construção de alternativas à ordem vigente. Este saber também possibilita a desconstrução do pressuposto da neutralidade de gênero no saber e no pensar, e introduz a perspectiva das diferenças de gênero em um debate até então dominado pela categoria do “homem universal” (Catagay, 2001; Momsen, 1999; Hayzer, 1994; Licuanan 1994).

A economista Lourdes Benería – uma das autoras que mais têm se destacado nos estudos sobre gênero e desenvolvimento – traça um histórico da evolução do pensamento sobre gênero, mercados de trabalho e desenvolvimento, a partir dos estudos feministas.

Segundo ela, as primeiras abordagens econômicas alternativas aos modelos tradicionais da economia neoclássica² emergiram ao redor dos anos 1970, em geral em estudos de influência marxista ou institucionalista (Benería, 2003, pp. 36-37).

Os primeiros estudos feministas tiveram o mérito de adotar em sua análise categorias tipicamente marxistas – como a exploração por parte das forças de mercado e as tendências sistêmicas do capitalismo para gerar desigualdades – enquanto respostas às questões de gênero ignoradas pelos conceitos da economia neoclássica e enquanto categorias mais abertas às abordagens interdisciplinares (Khun & Wolpe, 1978; Sargent, 1978).

Neste sentido, o debate sobre trabalho doméstico – que, segundo Benería, ganhou força no final dos anos 1960 e começo dos 1970 – “debruçou-se sobre a natureza e funções do

² Até então, os modelos econômicos neoclássicos ignoravam completamente questões de gênero ou se limitavam à análise das desigualdades derivadas da tradicional divisão sexual do trabalho (diferenças salariais, jornada de trabalho etc.), desconsiderando questões mais amplas sobre as relações de gênero que transcendem o econômico e referem-se à distribuição de poder e à própria construção social do gênero (Benería, 2003, pp. 33-5).

trabalho doméstico dentro do sistema econômico como fonte de manutenção e reprodução da força de trabalho”, em especial as formas como o trabalho doméstico não-remunerado contribui para diminuir os custos de manutenção e reprodução das gerações (atuais e futuras) de trabalhadores (2003, p. 37).

Se de um lado Benería reconhece que este debate inicial serviu para legitimar questões feministas dentro de paradigma marxista, de outro considera que ele falhou em “identificar e analisar relações implícitas de gênero por trás do trabalho doméstico e divisão familiar de trabalho, e em abordar questões mais específicas sobre desigualdade de gênero e reprodução”.

Críticas feministas a este debate – como as de Molyneux (1979), MacKintosh (1978) e a própria Benería (1979), entre outras –, apontaram os limites do marxismo ortodoxo para tratar da desigualdade de gênero, em especial para reconhecer o papel do trabalho reprodutivo dentro do processo de reprodução e preparação da mão-de-obra, elemento-chave para a acumulação de mais-valia³.

Paralelamente, Benería constata a ascensão das críticas pós-modernas às chamadas “grandes teorias” (como o marxismo) e sua tendência a essencializar o que não é universal – movimento que não teve tanto impacto na economia em geral, mas que foi muito importante para o feminismo no debate sociológico.

Outra frente de análise feminista durante os anos 1970 e o começo dos 1980 foi a economia institucional (Sassen, 1988; Crompton & Mann, 1989). Em especial, no debate sobre processos históricos e contemporâneos de segregação ocupacional, ao mostrar que a estrutura dos mercados de trabalho estava relacionada à estratificação laboral e às desigualdades de gênero, raça e classe (Benería, 2003).

Desde as décadas de 1980 e 1990, a literatura feminista sobre trabalho e desenvolvimento (Stiel & England, 1999; Tam, 1999; Yeoh & Hung, 1999; Anderson, 1999) vem questionando a ênfase excessiva da abordagem tradicional no estudo da “escolha racional” e das soluções advindas do mercado (a partir de pressupostos individualistas), em detrimento da ênfase nos meios para prover o bem-estar individual e coletivo e o desenvolvimento humano enquanto objetivo central da economia. Benería lembra que as feministas não são as únicas nesta crítica, mas ressalta que elas acrescentaram novas dimensões ao tema, ao tratarem de aspectos como o trabalho não-remunerado, o trabalho reprodutivo e a economia do cuidado⁴.

Neste sentido, as feministas que se debruçam sobre o trabalho e desenvolvimento foram pioneiras nas críticas ao modelo hegemônico de desenvolvimento. O desenvolvimento humano, contudo, tem uma natureza múltipla, e por isso deve incorporar múltiplos objetivos, não só econômicos, “embora os recursos econômicos sejam importantes como meio para atingir fins democraticamente escolhidos” (Benería, 2003, p. 43).

³ Feministas marxistas (Khun & Wolpe, 1978; Sargent, 1978) argumentaram que, ao focalizar as relações de produção, Marx e Engels teriam subestimado o poder exercido pelas instituições e relações sócio-culturais historicamente construídas e cotidianamente vivenciadas. De fato, em *A Origem da Família, Propriedade Privada e o Estado* (1884) – análise que, dentro da obra de Marx e Engels, mais se aprofunda nas relações de gênero –, Engels afirma que as relações de opressão sexual dentro da família burguesa seriam heranças de sistemas pré-capitalistas nos quais as mulheres eram obrigadas a servir seus “senhores”, ser monógamas e produzir herdeiros que aumentariam a propriedade familiar. Ele acreditava, porém, que a entrada das mulheres no mercado de trabalho levaria aos capitalistas a eliminarem as diferenças sexuais e a tratarem toda a mão-de-obra de forma igual.

⁴ Outros traços que Benería (2003) identifica como convergentes nas abordagens feministas mais recentes sobre trabalho e desenvolvimento são: a idéia da economia como uma construção social; o questionamento ao viés androcêntrico e individualista por trás dos modelos e unidades de análise; a análise interdisciplinar (uma vez que a teoria feminista transcende várias áreas); e a análise do emprego feminino em relação à condição de igualdade de oportunidades (para além da análise tradicional de segregação ocupacional e discriminação).

2. Mulheres e Mercado de Trabalho

Uma abordagem que leve em conta determinantes de gênero não poderia considerar o modo de produção (e as relações de trabalho por ele determinadas) como um sistema autônomo – cujo funcionamento seria regido por leis próprias, independentemente de relações sociais e do poder simbólico que nelas circulam –, nem considera uma proeminência da esfera econômica sobre as demais. Ao invés, as estruturas econômicas, sociais, culturais e políticas devem ser entendidas como sistemas sinérgicos nos quais os processos de transformação se reforçam mutuamente. Nesta perspectiva, se os processos de modernização vividos pelas sociedades ocidentais transformaram suas relações tradicionais de trabalho e a produção das condições materiais, sociais e culturais da vida humana, também as mudanças nas relações sócio-culturais condicionam mudanças na estrutura econômica.

Assim, ao mesmo tempo em que se observa a emergência e a metamorfose do trabalho feminino em virtude da reorganização do sistema capitalista, também o capitalismo muda para se adaptar à emergência de novos modelos de identidades femininas e responder às demandas (materiais e simbólicas) das mulheres. A literatura feminista não vê a inserção das mulheres no mercado de trabalho remunerado e formal como decorrente de mudanças estruturais na economia capitalista, mas sim como conquista a partir das lutas e esforços feministas para a renegociação de identidades, representações e relações de gênero na distribuição das responsabilidades e papéis atribuídos a homens e mulheres. Esta reconfiguração na divisão sexual do trabalho tem transformado as próprias expectativas com relação aos benefícios que as mulheres desfrutariam ao longo do processo de desenvolvimento capitalista e, nesse sentido, pode-se afirmar que os movimentos de mulheres também ajudaram a impulsionar estas mudanças no mercado de trabalho.

As transformações nas relações de trabalho no modelo liberal capitalista, sobretudo a partir da emergência de um mercado de trabalho assalariado, acarretaram a desarticulação das relações sociais entre *trabalho produtivo remunerado* e *trabalho efetuado para a reprodução* – separação que se evidencia sobremaneira na construção do discurso e do imaginário social burguês⁵.

O grande poder do discurso é a *naturalização das relações de gênero* e a *divisão sexual do trabalho* que ele produz. Trata-se do processo que legitima e torna inquestionáveis, evidentes em si, o significado socialmente estabelecido e a separação entre categorias como “mercado de trabalho” e “lar”. Na tradição liberal burguesa, a construção e a distinção entre estas duas esferas legitimaram a percepção de que, enquanto os homens participam de um mercado de trabalho remunerado tido como tipicamente masculino, as mulheres limitam-se à esfera doméstica, desempenhando atividades concebidas como tipicamente femininas (trabalho doméstico; reprodução e nutrição; tarefas de cuidado com crianças, doentes e idosos). Embora consideradas centrais ao bem-estar e à vida humana, estas atividades têm sido consideradas como interesses apenas privados e tratadas até recentemente como aspectos naturais e imutáveis nas relações humanas (Anderson, 1999; Catagay, 2001; Crittenden, 2002).

Autoras feministas foram as primeiras a mostrar que, a partir da sua “função reprodutiva”, a mulher foi identificada como mãe (ou ao menos como uma mãe potencial) – em contraposição ao homem como provedor econômico da família – e passou a ser definida em função apenas de seu papel no lar e sua inserção dentro da família. Este passa a ser o ideal hegemônico, estabelecido pelo discurso e legitimado pelo poder (Hayzer & Wee, 1994). De

⁵ Este processo se deu de forma mais evidente na Europa e nos EUA onde ocorre o processo de separação espacial característico das indústrias tayloristas. No caso da América Latina, porém, onde o capitalismo industrial realizou um desenvolvimento mais tardio, o conceito de *trabalho remunerado feito em casa* (lavadeiras, costureiras, trabalhadoras domésticas, etc.) é importante para se compreender o trabalho feminino.

acordo com Bourdieu, este mecanismo de legitimação da ordem masculina é ratificado no momento em que prescinde de justificação:

A visão androcêntrica se impõe como neutra e não sente a necessidade de se enunciar em discursos capazes de legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina na qual se apóia: na divisão sexual do trabalho, há distribuição muito estrita das atividades atribuídas a cada um dos sexos, de seu espaço, seu momento, seus instrumentos. (2000, p. 22).

Com isso, observa-se, no imaginário burguês, uma negação da mulher trabalhadora, que representaria justamente a desordem nas relações de gênero já legitimadas. As mulheres que, à margem deste discurso dominante, se inseriam do mercado de trabalho – ou porque precisavam ou porque queriam – passam a simbolizar o subversivo dentro deste sistema hegemônico. As teorias produzidas dentro do pensamento liberal burguês constroem o mercado de trabalho sobre um tipo ideal de “homem universal”, estabelecendo a categoria de trabalhador com base em uma identidade masculina que supõe uma esposa dedicada aos trabalhos reprodutivos desempenhados dentro do lar. A naturalização desta separação entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo marcou e dificultou a inserção das mulheres no mercado de trabalho remunerado.

2.1. A naturalização da separação entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo: feições de um mesmo fenômeno

Os principais elementos que caracterizam a inserção da mulher no mercado de trabalho mostram que – ao contrário do que supunham Marx e Engels – a base material da subordinação das mulheres não foi superada com sua plena integração à produção social, nem sua autonomia econômica garantiu que participem no mercado de trabalho e dentro da família em igualdade de condições com os homens. Na verdade, o mercado de trabalho remunerado incorporou a divisão sexual do trabalho condicionando relações assimétricas de poder (simbólico e material) entre homens e mulheres.

As características discutidas a seguir sustentam a hipótese de que este *mercado de trabalho não é nem tem sido neutro às relações de gênero*, e de que, ao invés, tem contribuído para que em sua estrutura permaneça – mesmo sob novas formas – a desigualdade de gênero.

- ***A divisão sexual do trabalho e sua manifestação em “nichos” ocupacionais:*** A socialização feminina orientada aos trabalhos reprodutivos e a naturalização da representação da mulher e de suas responsabilidades e qualidades encontram-se projetadas e disseminadas no mercado de trabalho remunerado, delimitando tanto a inclusão, desempenho, mobilidade e remuneração das trabalhadoras. Quando se abrem oportunidades de participação econômica para as mulheres, em geral são em número limitado e nas ocupações menos valorizadas na hierarquia e no imaginário social. A naturalização de determinadas qualificações e características como tipicamente femininos obriga as “mulheres” a ficarem circunscritas a alguns “nichos” ocupacionais – os chamados “*pink collar jobs*”. Em geral, são postos em que desempenham tarefas de baixo nível tecnológico, baixa remuneração, pouca mobilidade ascendente e alta intensidade de trabalho⁶. Feministas como Cagatay (2001) discutem que a

⁶ A respeito desta segmentação ocupacional com base na naturalização de conceitos atribuídos ao “sexo”, Helena Hirata defende, em *Nova Divisão Sexual do Trabalho?*, que as políticas de gestão da mão-de-obra nas empresas, “longe de serem neutras, utilizam e reforçam a divisão sexual existente tanto dentro da empresa quanto na sociedade” (2002: 31). Em sua pesquisa, ela verifica o predomínio da força de trabalho masculina nas indústrias

“liberação” do mercado de trabalho através da inserção ocupacional feminina, aparentemente vantajosa para mulher, na verdade se realiza sobre *vantagens comparativas* da mulher como trabalhadora dada a inferioridade de suas condições laborais (seja através de remuneração mais baixa, seja na jornada ampliada, ou ainda em condições precárias de segurança ou saúde)⁷.

• ***Desigualdade de gênero nas relações entre dimensão doméstica e dimensão do trabalho no mercado de trabalho remunerado:*** Em virtude da estruturação de espaços de trabalho categorizados como “produtivos” e “reprodutivos” – que, embora na prática se complementem entre si, no imaginário coletivo se auto-excluem – a maioria das mulheres encontra-se em uma fronteira de tensão. Ao participarem em ambos os espaços de trabalho, as mulheres são obrigadas a optarem por estratégias de conciliação desta tensão muito diferentes daquelas que se apresentam aos homens.

Estudos e pesquisas (Cagatay, 2001; Hayzer & Wee, 1994) mostram que a inserção das mulheres na força de trabalho quase sempre significa para elas uma dupla jornada, uma vez o aumento de seu trabalho remunerado não necessariamente é acompanhado pela redução de seu trabalho doméstico não-remunerado. Apesar das recentes transformações observadas nas relações entre os casais – cada vez mais os homens assumem maior responsabilidade no serviço doméstico e no cuidado com os filhos –, em geral as mulheres continuam encarregadas destas tarefas. Por outro lado, mesmo com a inserção de mulheres de classe média e alta no mercado de trabalho, as carreiras profissionais – tipicamente construídas em torno de uma identidade masculina “liberada” de suas tarefas domésticas e do cuidado com os filhos – ainda têm se mostrado altamente resistentes a mudanças. A construção – no pensar e no saber – de *esferas complementares, porém auto-excludentes*, tende a legitimar a separação institucional moderna entre a economia formal e a família, entre o trabalho remunerado e o trabalho de reprodução/socialização. Este discurso dicotômico não é dialético, muito pelo contrário: espera-se que as mulheres optem *ou* pelo trabalho *ou* por ter filhos; *ou* por investirem numa carreira *ou* por se dedicarem ao lar. A tentativa de conciliar estas esferas, por parte das mulheres que participam em ambas, leva estas mulheres a se confrontarem com pressões, discriminações e pré-concepções – em parte porque o discurso legitimado não passa por buscar construir uma alternativa para ir além da dicotomia.

Um exemplo muito significativo da tensão entre trabalho remunerado e trabalho reprodutivo vem do caso das *famílias chefiadas por mulheres*. Em todo o mundo, inclusive no Brasil, o número de famílias deste tipo tem crescido de modo expressivo⁸. Não se trata de fenômeno necessariamente negativo, já que, em muitos casos, a maior autonomia econômica da mulher pode lhe ajudar a sair de uma situação familiar de abuso e risco (como no caso das vítimas da violência doméstica). Mas as desigualdades de gênero fazem com que homens e mulheres experimentem de forma diferenciada situações de vulnerabilidade e tenham estratégias diferentes para confrontá-las. Os dados revelam que, mais que a principal

de processo contínuo, enquanto nas indústrias que adotam técnicas tayloristas de controle estrito predomina a mão-de-obra feminina.

⁷ Estudo recente da OIT em vários países latino-americanos (Abramo, 2005) traz subsídios a este debate, ao concluir que os custos do trabalho feminino não chegam a 2% do total dos salários das trabalhadoras (no Brasil, 1,2%). Apesar disso, empregadores destes países continuam a justificar as discriminações praticadas (por exemplo, na contratação ou promoção) com base no mito de que o trabalho feminino custaria mais sobretudo por conta dos direitos reprodutivos – o que por si só não se sustentaria, já que em todos os países pesquisados, as despesas com licenças-maternidades e outras são garantidas pela seguridade social. Sendo assim, a explicação não é de base unicamente econômica, mas, mais uma vez, simbólica.

⁸ Dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE) mostram que, em apenas uma década, o número de famílias chefiadas por mulheres no Brasil cresceu 30% (passando de 22% do total de famílias em 1993 para 28,8% em 2003). Destas, 95,2% não têm cônjuge – proporção radicalmente inversa à dos homens chefes de família, dos quais apenas 4,8% não têm cônjuge.

provedora, a chefe de família é, quase sempre, a *única* provedora. Ou seja, a imensa maioria precisa garantir o bem-estar de suas famílias – não só não dispõe de uma complementação da renda familiar, como também não pode contar com a ajuda de um companheiro para dividir responsabilidades no trabalho doméstico e no cuidado com os filhos⁹.

- ***Desigualdade de gênero nas perspectivas em relação ao horizonte de expectativa no mercado de trabalho:*** Mesmo quando as mulheres se inserem no mercado de trabalho e compartilham posições similares às dos homens, as perspectivas futuras em relação a carreiras e espaços de desenvolvimento profissional são diferentes para cada sexo, já que as respectivas oportunidades dentro do mercado ainda estão limitadas pela divisão sexual do trabalho presente no discurso e nas instituições que regulam as relações de trabalho.

- ***Diferenciação no acesso às riquezas, bens, oportunidades, tecnologia, etc.:*** A atribuição desigual de responsabilidades entre homens e mulheres contribui para gerar desigualdades de oportunidade no acesso ao crédito, conhecimentos, novas tecnologias, capacitação e tempo. Por isso, quando surgem oportunidades de novos mercados, as mulheres enfrentam mais barreiras para aproveitá-las. O problema não se limita unicamente ao controle desigual dos recursos dentro do lar, mas também se deve à “discriminação institucionalizada” descrita por Bourdieu, ou seja, a discriminação e estigma por gênero inerentes às instituições do Estado e dos mercados e que se realizam sobre esta suposição da existência prévia de identidades enquadradas dentro de uma matriz binária e sua divisão sexual do trabalho.

As características que vimos de enumerar são algumas das formas que a desigualdade nas relações de gênero assume no mercado de trabalho e na relação deste com a esfera doméstica. Não são, portanto, senão diferentes feições de um mesmo fenômeno: a divisão sexual do trabalho¹⁰. Mas, dados os recentes processos de reorganização do capitalismo em direção a uma economia transnacional, como é a face globalizada da divisão sexual do trabalho? Quais são os novos traços que ela assume, a partir dos impactos da globalização sobre o mundo do trabalho e sobre os modelos de desenvolvimento?

3. Globalização, Desenvolvimento e Exclusão: o impacto diferenciado sobre as mulheres

Pensar sobre a participação das mulheres no mercado de trabalho hoje exige necessariamente que se aborde o fenômeno da globalização da economia e seus impactos variados sobre o mundo do trabalho, e sobre as culturas e as relações sociais de modo geral (Cagatay, 2001; Hayzer & Wee, 1994). O objetivo desta seção é mostrar que os recentes processos de reorganização do capitalismo em direção à economia globalizada trazem impactos ambíguos e mesmo contraditórios para as mulheres: enquanto algumas autoras ressaltam as conquistas e avanços em termos de reconhecimento de direitos e melhoria da

⁹ Enquanto nas famílias chefiadas por homens, quem faz esse trabalho quase sempre é a esposa (trabalhando fora ou não), nas famílias chefiadas por mulheres as alternativas costumam ser: a compra dos serviços no mercado, custo que impacta sobre a possibilidade de satisfazer outras necessidades pessoais e familiares; ou a própria mulher realiza as tarefas domésticas, acarretando uma carga adicional de trabalho com efeitos físicos e mentais e restringindo suas oportunidades de novos trabalhos e de qualificação; ou o trabalho doméstico é realizado, total ou parcialmente, por algum familiar da trabalhadora (quase sempre outra mulher, como a mãe, irmã ou filha mais velha).

¹⁰ Empiricamente, estes fenômenos evidenciam-se sistematicamente em diversos estudos em Sociologia e Economia e nos dados das pesquisas periódicas sobre mercado de trabalho (PME, PNAD, PED), como por exemplo: as maiores taxas de desocupação entre as mulheres, apesar do crescimento de suas taxas de participação no mercado; sua concentração ocupacional nos segmentos mais precários e desprotegidos (como trabalho doméstico, trabalho autônomo informal, e trabalho não-remunerado); e rendimentos invariavelmente menores que os dos homens, mesmo nas faixas de maior escolaridade (onde, aliás, as mulheres são maioria).

qualidade de vida, outros estudos mostram a persistência das desigualdades, da pobreza e da opressão.

Entre os fenômenos que caracterizam a globalização, um dos mais marcantes tem sido a feminização da força de trabalho, que modificou a distribuição e alocação do trabalho entre homens e mulheres na maioria dos países (Cagatay, 2001; Hayzer & Wee, 1994). No nível internacional, a competição global e o modelo de desenvolvimento orientado para a exportação resultaram na preferência dos empregadores por trabalhadoras mulheres, em especial em manufaturas de uso intensivo da mão-de-obra. Em vários países, o trabalho feminino também foi amplamente absorvido pelo setor de serviços.

A crescente mobilidade geográfica das mulheres facilitou o emprego de mulheres migrantes do Sul em áreas específicas de serviços – como os de cuidado – em países de renda alta. Mulheres profissionais assumiram empregos masculinos privilegiados, contribuindo para reduzir as desigualdades salariais em alguns países.

“Estudos mostram que estes processos têm uma série de dimensões de gênero, simbolizadas pela perda dos empregos de colarinho tipicamente masculinos nos países de renda alta e pelo crescimento de empregos femininos de baixa remuneração em manufatura e serviços em vários países.” (Benería: 2003)

Por um lado, estes fenômenos têm impactos positivos para as mulheres. A maior participação feminina no mercado de trabalho ampliou sua autonomia e poder de negociação e, em muitos casos, permitiu a renegociação das próprias relações de gênero – por exemplo, a partir da emergência de novas formas familiares, em lugar da família tradicional baseada na dominação legal e cultural dos homens. Também não se pode negar que, em todo o mundo, houve importante expansão da educação para homens e mulheres nas últimas décadas. Em alguns países, verificou-se mesmo uma redução nas diferenças salariais e uma abertura à entrada das mulheres em nichos ocupacionais antes tipicamente masculinos. Além disso, as mulheres conquistaram maior visibilidade na vida pública, a partir de sua ativa participação e mobilização em várias esferas da vida social e política, transformando a própria representação dos papéis femininos no imaginário social.

Dados como esses levaram Anthony Giddens e Will Hutton (2000) a afirmarem, em uma das primeiras coletâneas a abordar o fenômeno da globalização, que a emancipação das mulheres seria “traço característico dos processos de globalização”. Mas, como ressalva Lourdes Benería, “a maioria das mulheres permanece na base da pirâmide social, sobrecarregadas por responsabilidades domésticas e profissionais, e imersas em lutas cotidianas de pobreza”, e é por isso que se coloca a hipótese de que – apesar das conquistas importantes –, o recente fenômeno da globalização está gerando crescente desigualdade para as mulheres, em termos econômicos e sociais.

Já Kate Young sugere, a partir da literatura sobre os impactos da modernização, que a posição social das mulheres, qualquer que seja sua classe, teria piorado como resultado da integração dos países desenvolvidos ao mercado, “independentemente do fato de a condição das mulheres ter melhorado ou não” (1988, p. 3). A percepção de que a condição de vida das mulheres piorou (não só porque estarem mais pobres e viverem em ambientes cada vez mais precários, mas também por terem perdido os mecanismos de apoio do passado) parece contraditória, já que “estudos sobre o impacto da modernização sugerem que em muitos países melhorias generalizadas em saúde, higiene, moradia, transporte etc., têm até recentemente facilitado melhorias nos níveis de saúde, educação, expectativa de vida etc. das mulheres.” (1988, p. 2). Mas, para Young, é preciso questionar se é possível haver uma

melhoria nas condições de vida sem uma efetiva mudança na posição estrutural na sociedade¹¹.

Estes impactos negativos fazem parte de um contexto mais amplo, em que ganham força os debates sobre a *exclusão*, tema que se tornou praticamente obrigatório para as ciências sociais a partir da crescente constatação de que, apesar da revolução tecnológica e do crescimento econômico, grande parte da população mundial ainda permanece marginalizada em termos econômicos, sociais e políticos, sem alcançar melhores condições de vida. Segundo o sociólogo Boaventura de Souza Santos, a globalização da economia também globalizou os processos de exclusão.

Como desdobramento destes debates, emergem abordagens críticas ao modelo dominante de desenvolvimento, assim como tentativas de estabelecer propostas alternativas – em direção a uma concepção mais ampla de desenvolvimento que vá além do reducionismo economicista limitado à melhoria dos indicadores macroeconômicos, levando em conta também as dimensões sócio-culturais, políticas e ambientais do desenvolvimento. Nestas críticas, há crescente constatação de que a desigualdade de gênero permanece como elemento constitutivo dos processos globais de exclusão¹².

Não é fácil avaliar os efeitos das mudanças acompanhadas pela globalização sobre as mulheres porque em geral estes são contraditórios e cheios de tensões. Muitas autoras feministas, como Cagatay (2001) e Hayzer & Wee (1994) ressaltam que, embora a globalização econômica tenha sido acompanhada por maior incorporação das mulheres ao mercado de trabalho, este fenômeno tem se dado em condições de estigma e discriminação. Se por um lado a globalização promoveu uma reconfiguração na estrutura de dominação masculina, por outro lado não a eliminou por completo.

Na verdade, muitas das autoras que abordam a relação entre gênero e globalização – como Cagatay (2001), Hayzer & Wee (1994) e Sassen (1988) – argumentam que apenas se começou a avaliar os impactos do fenômeno sobre indivíduos e famílias, tanto no Sul como Norte, e seus efeitos sobre as relações e papéis de gênero. Desde logo, trata-se de ir além da análise estritamente econômica, reconhecendo que a nova divisão internacional do trabalho estrutura-se simultaneamente com base no sistema capitalista global e em relações de gênero. Assim como acontece na divisão sexual em cada sociedade, no plano internacional esta estrutura continua a gerar formas de se extrair trabalho reprodutivo não-remunerado das mulheres e a desvalorizar aquelas que desempenham trabalhos reprodutivos remunerados, como veremos a seguir no exemplo das redes globais de serviços de cuidado.

3.1. Redes globais de serviços de cuidado: um exemplo dos impactos da globalização sobre as mulheres

Para os países com baixas taxas de crescimento, a exportação de trabalhadoras como prestadoras de serviços domésticos e de cuidados tem-se convertido em uma fonte cada vez mais importante de divisas – como resultado de remessas regulares para gerar e/ou complementar a renda familiar, e da absorção de trabalho em uma situação de desemprego crônico. As rendas obtidas por estas mulheres migrantes financiam as importações, ampliam o

¹¹ Em certo sentido, a distinção entre “condição de vida” e “posição estrutural” guarda analogia com a distinção, efetuada pelos estudos de estratificação (Crompton & Mann, 1989), entre mudança social (por exemplo, uma melhoria massiva nos índices de escolaridade) e mobilidade social (por exemplo, o aumento da escolaridade não resultou em redução automática da distância entre os desiguais, que permanece ao longo do tempo).

¹² O reconhecimento da equidade de gênero como elemento fundamental para uma abordagem alternativa de desenvolvimento está presente em análises como as de Amartya Sen (2000), Prêmio Nobel de Economia por seus estudos sobre desenvolvimento e pobreza, e do sociólogo Boaventura de Sousa Santos (2002), que recentemente coordenou vasta pesquisa em seis países sobre experiências de resistência ao modelo hegemônico de globalização e de formas de organização em busca de uma globalização alternativa (entre elas, movimentos de mulheres).

mercado consumidor, aumentam a renda per capita nacional e aumentam os índices de poupança e investimentos. Mas, como adverte Patrícia Licuanan (1993), as vantagens tendem a ser de natureza mais econômica, ao passo que os custos são, principalmente, sociais.

De fato, muitas mães – algumas delas chefas de família – saem em busca de trabalho remunerado para assim assegurarem a reprodução cotidiana de suas famílias. Um número crescente destas mulheres cruza fronteiras, deixando seus lares e famílias por períodos prolongados de tempo.

Um esforço de avaliação dos impactos da globalização sobre as mulheres é desenvolvido por Arlie Hochschild¹³, em seu estudo sobre *redes globais de serviços de cuidado (global care chains)*. Trata-se das cadeias que ligam pessoas – quase sempre mulheres – através do globo por meio de serviços de cuidado, remunerado ou não. Estas redes globais de cuidado se multiplicam em vários níveis. Um exemplo típico é o seguinte: “(1) a filha mais velha de uma família pobre cuida de seus irmãos e irmãs enquanto (2) sua mãe trabalha como babá cuidando dos filhos de uma imigrante que, por sua vez, (3) cuida de uma criança em uma família de um país rico” (Hochschild, 2000: 131).

Impactos desta “globalização da maternidade” são diferenciados para mulheres de classe média de países desenvolvidos e para as mulheres imigrantes de “terceiro mundo” – as primeiras estão “livres” para entrar no mercado de trabalho empregando as segundas no cuidado com suas crianças ou pais idosos. Segundo a autora, em ambos os casos, as escolhas são difíceis (embora sejam evidentemente mais duras para as mulheres do “terceiro mundo”).

Estudos sobre globalização e gênero, que em geral se debruçam nos países pobres ou em desenvolvimento, trazem sucessivos relatos de mulheres migrantes que estão longe de seus filhos justamente para tentar ganhar dinheiro e enviar para seu sustento no país natal, situação que lhes traz profundos custos em termos psicológicos e pessoais – tal como evidenciam os dolorosos depoimentos de mulheres migrantes citados por Hochschild¹⁴.

Por outro lado, ainda seriam poucos os estudos que enfocam a outra ponta desta cadeia global. Para Hochschild, também neste caso as escolhas não são isentas de tensão: mulheres de classe média e alta de países ricos tentam conciliar trabalho e família se inserindo em profissões que foram claramente organizadas para homens “livres” de responsabilidades familiares¹⁵.

As cadeias transnacionais de serviços de cuidados procuram não só minimizar os custos da reprodução da mão-de-obra, mas também capitalizar o próprio serviço reprodutivo, à medida que este sobe os degraus hierárquicos das cadeias. Assim, o ciclo de desigualdades sociais se reproduz, ao se extrair o acesso ao cuidado dos filhos da migrante e repassá-lo através desta cadeia criando a mais-valia reprodutiva para a mão-de-obra. Trata-se, portanto, de processo de apropriação e acumulação não só de capital, mas também dos trabalhos reprodutivos e de cuidados. É nesse sentido que Hochschild defende que a desigualdade

¹³ Socióloga e autora de livros sobre o trabalho das mulheres, como *The Second Shift* e *The Time Bind*. Mais recentemente, Hochschild e a jornalista Bárbara Ehrenreich (2002) organizaram uma coletânea sobre o trabalho de mulheres migrantes, mostrando que, na nova economia, estas se inserem no mercado dos países ricos predominantemente em serviços domésticos e na prostituição.

¹⁴ A UNICEF (1993) classifica as crianças separadas de seus “pais” como crianças em circunstâncias difíceis, junto com as que são vítimas de abuso e de negligência. Calcula-se que 1,8 milhão de crianças está separado indefinidamente de suas mães devido à migração para realizarem trabalho doméstico em outros países.

¹⁵ Em chave um pouco distinta, mas que guarda estreita relação com as reflexões em torno das cadeias globais de cuidado, autores neo-maussianos – que vêm imprimindo novo fôlego ao debate sobre a *dádiva (don)* entre os modernos – se interessam fortemente pela substituição do cuidado para com crianças e idosos (realizadas não-remuneradamente por familiares) pelos chamados *serviços de proximidade* prestados por desconhecidos (no Estado ou no mercado). Trata-se cada vez mais de substituir a lógica da dádiva – onde a própria reprodução social se funda sobre esses laços e a circulação de retribuições – por relações monetizadas – onde as pessoas se consideram “liberadas” de obrigações e inclusive “remuneradas” por atividades que antes realizavam espontaneamente. Sobre o tema, ver Godbout (2001).

crescente entre populações de países ricos e pobres se verifica não apenas no acesso à *renda*, mas também no acesso ao *cuidado* e às *relações afetivas*.

Embora Hochschild não aborde este ponto, seu estudo de caso convida a refletir sobre como a globalização também afeta a própria construção social de hierarquias e estratificações em cada sociedade. Isso porque muitas destas mulheres são obrigadas – em nome de alcançarem melhores condições de vida para a família que deixaram em seu país de origem – a se submeterem a um padrão inferior no país de acolhida. Observa-se, assim, uma relativização geo-econômica da desigualdade e estratificação: a mulher de classe média de um país pobre ou em desenvolvimento, obrigada a imigrar em função do contexto sócio-econômico de seu país, passa à classe baixa no país de “primeiro mundo”. Ao mesmo tempo, o baixo salário que lá recebe representará uma renda considerável em seu país de origem.

4. Considerações Finais: em direção à articulação entre políticas de reconhecimento e políticas de redistribuição

Este artigo abordou a permanência de formas (antigas e novas) de desigualdade de gênero na esfera do trabalho, procurando refletir por que estas desigualdades permanecem ou até se recriam – como no caso das relações de gênero por trás da nova divisão internacional do trabalho dentro de uma economia agora globalizada. Para isso, partimos do pressuposto de que abordar determinantes de gênero no campo do trabalho e do desenvolvimento exige ir além do meramente econômico, percebendo também o que ocorre no plano do simbólico.

Neste sentido, aqui se insistiu na hipótese de que, por trás dos fenômenos que caracterizaram a inserção da mulher no mercado de trabalho – inclusive no capitalismo globalizado –, permanece a construção social de identidades pré-definidas que legitimam e reproduzem relações assimétricas de poder. A naturalização da divisão sexual do trabalho atribui às mulheres responsabilidades exclusivas em relação às funções reprodutivas, o que as coloca em posição desvantajosa num mercado que é em si construído sobre esta mesma divisão sexual do trabalho.

Por conta desta mesma naturalização da divisão sexual de trabalho, entendemos que as desigualdades sócio-econômicas entre homens e mulheres permanecerão enquanto não houver transformações também nas relações de gênero, avançando para além de dicotomias feminino-masculino e trabalho-lar nos processos de identificação, representação e simbolização do social.

É nesse sentido que, a título de conclusão, nesta seção final refletiremos sobre pontos a serem considerados em uma agenda política atual para as demandas (materiais e simbólicas) das mulheres, defendendo que esta agenda política passa, necessariamente, por políticas de *redistribuição*, tanto quanto pelas políticas de *reconhecimento*.

Em geral, as políticas de desenvolvimento e geração de trabalho e renda ainda pressupõem que economia reprodutiva continuará a funcionar adequadamente, independente das mudanças na economia produtiva. No entanto, como chamam a atenção Lourdes Benería & Shelley Feldman (1992), a quantidade de trabalho reprodutivo aumenta quando os serviços sociais públicos são cortados ou reduzidos, ou quando seus custos no mercado já não são acessíveis. Os efeitos dos ajustes estruturais recaem de modo desproporcional sobre as mulheres que – porque ainda tidas como principais responsáveis pela satisfação das necessidades básicas e pelo bem-estar da família e como recurso gratuito para realizar a reprodução social – se vêem obrigadas a compensá-los.

Apesar da crescente necessidade e incorporação feminina no mercado de trabalho e a despeito do fato de que o bem-estar das mulheres depende de fatores ligados ao trabalho não-remunerado dentro do lar, observa-se um crescente recuo do papel do Estado no apoio às mulheres em relação às funções de reprodução social da vida cotidiana. Mais ainda, este recuo do Estado está, como vimos, relacionado à nova divisão transnacional do trabalho entre as

mulheres (inclusive, o repasse das funções estatais às mulheres tem se traduzido em economia oculta para os governos dos países de acolhida das trabalhadoras migrantes).

Embora tão protagonistas no desenvolvimento social e econômico quanto os homens – na medida em que seu trabalho, tanto remunerado como não, garante a sobrevivência e bem-estar das suas famílias –, as mulheres ainda são tratadas como *invisíveis* por parte das políticas de desenvolvimento e trabalho. Ao não considerarem determinantes de gênero, políticas econômicas tornam mulheres “pobres” em termos de recursos materiais, conhecimento e tempo. O desenvolvimento social, ao invés, requer o atendimento tanto às reivindicações econômicas quanto às culturais, daí a necessidade de se pensar em termos de uma articulação entre políticas de redistribuição e políticas de reconhecimento.

Historicamente, foi a partir da década de 1970 que as demandas por *reconhecimento das diferenças* assumiram centralidade nas reivindicações dos movimentos de mulheres, eclipsando demandas historicamente construídas ao redor de *igualdade e justiça social*. Este redirecionamento na agenda política se deu em meio a um contexto de crítica ao estatismo e ascensão da sociedade civil organizada como esfera potencialmente emancipatória, período marcado pela emergência dos chamados *novos movimentos sociais*¹⁶.

Por um lado, o deslocamento da agenda para o combate de injustiças e desigualdades simbólico-culturais profundamente enraizadas teve o mérito de desconstruir – na agenda política e na teoria social – o essencialismo do discurso de classe. Muitos dos movimentos já não representam classes economicamente definidas lutando pela redistribuição e contra a exploração, mas grupos ou comunidades culturalmente definidos buscando defender suas identidades, lutando por reconhecimento e contra a dominação cultural¹⁷.

Nancy Fraser chama a atenção para o fato de que há uma certa tensão entre as políticas de reconhecimento e as políticas de redistribuição: enquanto as primeiras tendem a promover a diferenciação do grupo, as segundas buscam justamente eliminar as diferenças. O resultado é uma separação entre a política cultural da política social, sendo que esta última tem sido eclipsada pela anterior, “como se os esforços em favor da justiça racial e de gênero fossem meramente culturais e não dirigidos também à redistribuição” (1997: 2). E, ao se configurarem como escolhas mutuamente excludentes, dificultam a possibilidade de uma perspectiva articuladora em direção à plena transformação social.

Por isso, Fraser defende uma abordagem que integre o social e o cultural, o econômico e o simbólico-discursivo, buscando expor as limitações de modelos que desvinculam a ordem simbólica da economia política, que distinguem entre injustiça econômica e injustiça cultural¹⁸. A democracia requer ambas: a redistribuição e o reconhecimento.

¹⁶ O “novo” inicialmente atribuído a esses movimentos – em contraposição aos “velhos” movimentos operário e camponês – justifica-se por suas novas demandas por *identidade* (deslocando-se de questões até então centrais do trabalho e terra para temas como direitos humanos, minorias e meio-ambiente) e suas formas diferenciadas de ação, com ênfase no discurso e na política de direitos, e buscando marcar sua autonomia em relação às instituições políticas tradicionais. Um dos primeiros e mais significativos foi o movimento feminista.

¹⁷ Paralelamente às lutas concretas dos novos movimentos sociais, emergem teorias para dar conta de seu surgimento – em grande parte como resposta à análise de classes e ao essencialismo de um único sujeito histórico. Livro seminal neste sentido é o de Laclau & Mouffe (1985), que defendem que identidades de classe seriam discursos construídos, como qualquer outra identidade, e que as demandas dos NMS seriam muito mais radicais e universais, porque não mais vinculadas aos interesses de classe. Embora as primeiras análises tenham ressaltado a ênfase dos NMS na identidade cultural e autonomia política, posterior revisão crítica mostrou que eles ainda estavam envolvidos com demandas materiais e com política tradicional (Foweraker, 1992; Escobar & Alvarez, 1992).

¹⁸ Distinção que, para ela, é meramente analítica já que, na prática, longe de ocuparem esferas separadas, ambas estão entrelaçadas e se reforçam mutuamente: normas culturais injustamente inclinadas a favor de uns e contra outros estão institucionalizadas no Estado e na economia, ao passo que a desvantagem econômica impede a participação igual no fazer da cultura nas esferas públicas e na vida diária (Fraser, 1997, p. 2).

Lourdes Benería adota perspectiva muito similar, ao propor, entre os principais eixos para uma agenda de desenvolvimento humano (e não só das mulheres), a *vinculação da política cultural de reconhecimento com os processos econômicos e sociais de distribuição*. Para isso, ela defende a necessidade de se questionar os próprios modelos teóricos de produção e distribuição e de repensar os canais existentes de distribuição e redistribuição (por exemplo, salários, impostos, subsídios, diferenças de gênero na distribuição de recursos, acesso à educação, leis anti-discriminatórias, sistemas de saúde e seguridade social etc.). É nesse sentido que, para além de eixos mais especificamente ligados à redefinição das relações de gênero, Benería sugere também medidas globais para repensar o modelo de desenvolvimento – entre elas, a redefinição das atuais formas de propriedade, a criação de sistemas de proteção social para lidar com os efeitos negativos da globalização, e a ênfase na educação e qualificação para lidar com um mundo competitivo, globalizado e em rápida mudança (2003: 167-169). Aliás, ela propõe que a agenda comece pela própria redefinição da noção de desenvolvimento enquanto processo multidimensional e relacional, mais coletivo do que individual. Significa que, mais do que crescimento de mercado, é democracia econômica e política e com mudanças no equilíbrio de poder.

Reconhecer que as desigualdades nas relações de gênero constituem um eixo estruturante do mercado de trabalho – assim como da nova divisão internacional do trabalho – significa perceber que não basta reivindicar maior equidade nas responsabilidades e nas relações de gênero dentro da família, como se esta fosse um espaço isolado. As mudanças devem ocorrer também no mercado de trabalho, assim como nas estruturas sociais, políticas, econômicas, culturais. Só assim se pode concretizar e criar uma nova realidade. Sem um questionamento desta realidade, as relações de poder continuarão a ser exercidas com base em relações de gênero, classe, etnia etc., e continuarão a usar e aplicar mecanismos que cada vez mais permitem sua expansão e rearticulação a nível global. Portanto, a transformação social em sociedades capitalistas, nas quais predomina a dominação masculina, acabará por exigir uma transformação das relações de gênero.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, L. *Questionando um Mito: Custos do Trabalho de Homens e Mulheres*. Brasília: OIT Brasil, 2005.
- ANDERSON, B. “Overseas Domestic Workers in the European Union: Invisible Women”. In: MOMSEN, J. (ed.). *Gender, Migration and Domestic Service*. London-New York: Routledge, 1999, pp. 117-134.
- BENERIA, L. *Gender, Development and Globalization: economics as if all people mattered*. London-New York: Routledge, 2003.
- ____ & FELDMAN, S. (eds.). *Unequal Burden: Economic Crisis, Persistent Poverty and Women's Work*. Boulder: Westview Press, 1992.
- ____ & LIND, A. “Engendering International Trade: Concepts, Policy and Action”. In: HEYZER, N. (ed.). *A Commitment to the World's Women*. New York: United Nations Development Fund for Women (UNIFEM), 1995.
- BOURDIEU, P. *La Dominación Masculina*. Barcelona: Editorial Anagrama, 2000.
- BUTLER, J. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. London-New York: Routledge, 1999.
- CAGATAY, N. *Género, Pobreza y Comercio*. Salt Lake City: Universidad de Utah, Departamento de Economía, 2001.
- CRITTENDEN, A. (2002). *The Price of Motherhood*. New York: First Owl Books.
- CROMPTON, R. & MANN, M. (eds.). *Gender Stratification*. Oxford: Polity Press, 1989.
- ENGELS, F. *The Origin of the Family, Private Property, and the State*. New York: Pathfinder Press, 1983.

- ESCOBAR, A. & ALVAREZ, S. (orgs.). *The making of social movements in Latin America: identity, strategy and democracy*. Boulder: Westview, 1992.
- FOWERAKER, J. *Theorizing Social Movements*. Londres: Pluto Press, 1995.
- FRASER, N. *Justice Interruptus: critical reflections on the "postsocialist" condition*. London-New York: Routledge, 1997.
- GODBOUT, J. *O espírito da dádiva*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- HEYZER, N. & WEE, V. "Domestic Workers in Transient Overseas Employment: Who Benefits, Who Profits". In: HEYZER, N., NIJEHOLT, G. e WEERAKOON, N. (eds.) *The Trade in Domestic Workers: causes, mechanisms and consequences of international migration*. London: Zed Books, 1994, pp. 31-101.
- HIRATA, H. *Nova Divisão Sexual do Trabalho? Um Olhar Voltado para a Empresa e a Sociedade*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- HOCHSCHILD, A. "Global Care Chains and Emotional Surplus Value". In: A. GIDDENS & W. HUTTON (eds.), *Global Capitalism*. The New Press: New York, 2000.
- _____. & EHRENREICH, B. (eds.). *Global Women: Nannies, Maids, and Sex Workers in the New Economy*. New York: Metropolitan Books, 2002.
- HUTTON, W. & GIDDENS, A. (eds.). *Global Capitalism*. The New Press: New York, 2000.
- KUHN, Annette and Wolpe, AnneMarie (eds.). *Feminism and Materialism: Women and Modes of Production*. London: Routledge & Kegan, 1978.
- LACLAU, E. & MOUFFE, C.. *Hegemonía y Estrategia Socialista: hacia una radicalización de la democracia*. Madrid: Siglo XXI, 1985.
- LICUANAN, P.. "Social-Economic Impact of Domestic Worker Migration: Individual, Family, Community, Country". In: HEYZER, N., NIJEHOLT, G. e WEERAKOON, N. (eds.) *The Trade in Domestic Workers: causes, mechanisms and consequences of international migration*. London: Zed Books, 1994, pp. 103-115.
- MACINTOSH, M. "Domestic Labour and the Household". In: KUHN, A. & WOLPE, A. (eds.). *Feminism and Materialism*. London: Routledge, 1978.
- MOLINEUX, M. "Beyond the Domestic Labor Debate". *New Left Review*, 115, 1979.
- _____. "Mobilization without emancipation? Women's interests, the state, and revolution in Nicaragua". *Feminists Studies*, 11 (2), pp. 227-54, 1985.
- MOMSEN, J. (ed.). *Gender, Migration and Domestic Service*. London-New York: Routledge.
- _____. "Maids On The Move: Victim or Victor". In: MOMSEN, J. (ed.). *Gender, Migration and Domestic Service*. London-New York: Routledge, 1999, pp. 1-20.
- SANTOS, B.. *Produzir para Viver: os caminhos da produção não-capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SARGENT, L. (ed.). *The Unhappy Marriage of Marxism & Feminism*. London: Pluto Press, 1978.
- SASSEN, S. *The Mobility of Labor and Capital: A study in international investment and labor flow*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1988.
- _____. *Globalization and its Discontents*. The New Press, New York, 1998.
- SCOTT, J. "Experience." In: BUTLER, J. & SCOTT, J. (eds.). *Feminist Theorize the Political*. London: Routledge, 1992, pp. 22-40.
- SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- STIELL, B. & ENGLAND, K. "Jamaican Domestic, Filipina Housekeepers, and English Nannies: representations of Toronto's foreign domestic workers". In: MOMSEN, J. (ed.). *Gender, Migration and Domestic Service*. London-New York: Routledge, 1999, pp. 44-62.
- TAM, V. "Foreign Domestic Helpers in Hong Kong and their Role in Childcare Provision". In: MOMSEN, J. (ed.). *Gender, Migration and Domestic Service*. London-New York: Routledge, 1999, pp. 263-276.

- UNITED NATIONS. *1999 World Survey on the Role of Women in Development: Globalization, Gender and Work*. New York: UN Division for the Advancement of Women, Department of Economic and Social Affairs, 1999.
- YEOH, B. & HUANG, S. "Singapore Women and Foreign Domestic Workers: Negotiating domestic work and motherhood". In: MOMSEN, J. (ed.). *Gender, Migration and Domestic Service*. London-New York: Routledge, 1999, pp. 277-301.
- YOUNG, K. *Women and Economic Development: Local, Regional and National Planning Strategies*. Paris: UNESCO, 1988.